

Macedo confirma plano para recuperar poder aquisitivo

O governo pretende implantar a médio e longo prazos o seu plano plurianual destinado a recuperar o crescimento econômico e elevar o poder aquisitivo dos assalariados, explicou ontem o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo. Segundo ele, o plano tem entre suas metas o aumento do consumo de massa e uma profunda reforma do Estado, e por isso só poderá ser iniciado com a economia estabilizada e a inflação sob controle.

Macedo antecipou que o plano será anunciado em breve e estabelecerá metas econômicas para os próximos cinco anos, todas compatíveis com o plano de estabilização negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). É a este plano de ajuste, e não ao plano plurianual, que se vinculam os compromissos firmados pelo País em sua carta de intenções ao FMI, explicou o secretário.

Preocupado em afastar qualquer dúvida nas relações com o Fundo, Macedo aproveitou para desacreditar afirmações atribuídas pela revista uruguaia **Guia Financiera** ao diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus — durante sua visita a Montevidéu, na semana passada, ele teria revelado a políticos locais que o Brasil estaria pronto a adotar nos próxi-

mos dias um plano de dolarização da economia, semelhante ao aplicado no início do ano na Argentina. “Parece piada de revista de humor”, ironizou o secretário, incrédulo em relação à veracidade de declarações estranhas à “postura normal” dos dirigentes do FMI. “Não existe nenhum plano nem condições de adotar no País um plano com as mesmas características do argentino”, afirmou.

Inflação

O secretário também demonstrou discreto otimismo em relação à inflação de 26,4% apurada na cidade de São Paulo na segunda quadrisemana de novembro. Para Macedo, os números divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) atestam o erro de quem previu, no final de outubro, que o País caminhava para um processo hiperinflacionário. Nem por isso, ponderou Macedo, a equipe econômica mudará as políticas monetária e fiscal. “Não podemos agora afrouxar as taxas de juros ou o controle monetário”, explicou o secretário acenando porém com juros mais baixos no futuro. “Vai depender da velocidade em que implantarmos o ajuste fiscal.”

03 DEZ 1991 JORNAL DA TARDE